

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

3-B-51

07

Curso.....C-PEM/87.....

Partido.....-.....

Solução do.....P-III-4 (Mo) MONOGRAFIA.....

Apresentada por

.....VICENTE DIAS COSTA AROEIRA NEVES.....

.....CAPITÃO-DE-FRAGATA (FN).....

NOME E POSTO



RIO DE JANEIRO

19. 87.....

EGN - 06
7530-BR-240-3133

3-B-51



A CAPACIDADE DE PORTUÁRIOS DE PORTOS DE PORTUGAL
EXTRA-CONTINENTAIS DO ATLÂNTICO NOROCCIDENTAL

VICENTE DIAS COSTA NETUNO (1891-1957)
Capitão-de-Fragata (em 1.ª classe)

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA MARÍTIMA

1957





- A CAPACIDADE DE PROJEÇÃO DE PODER DE POTÊNCIAS
EXTRA-CONTINENTAIS NO ATLÂNTICO SUL -

VICENTE DIAS COSTA AROEIRA NEVES
Capitão-de-Fragata (Fuzileiro Naval)

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL

= 1987 =

MM - EGN
BIBLIOTECA
05/01/1988
N: 1.151



CAD SERVO

80362

EXEMPLAR

86499

TEMA: A CAPACIDADE DE PROJEÇÃO DE PODER DE POTÊNCIAS EXTRA
CONTINENTAIS NO ATLÂNTICO SUL

Tópicos a abordar: Interesses políticos, econômicos e estratégicos na África Atlântica e na América do Sul. A presença de Potências Extra-Continentais no Atlântico Sul.

Meios disponíveis para a projeção do poder. Possibilidades de confronto com os interesses políticos e de segurança brasileiros.

As implicações da criação de uma "Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul".

A estratégia naval Brasileira em face à hipotética ameaça.

PROPOSIÇÃO: Analisar a capacidade de projeção do poder das potências extra-continentais no Atlântico Sul, considerando os interesses envolvidos e a possível ocorrência de crises na região devidas aos conflitos norte-sul e leste-oeste, a fim de contribuir para a formulação de uma estratégia naval brasileira em face das hipóteses aventadas.

ÍNDICE

	FOLHA
Lista de Figuras.....	III
Introdução.....	IV
CAPÍTULO 1 - INTERESSES POLÍTICOS, ECONÔMICOS E ESTRATÉGICOS NA ÁFRICA ATLÂNTICA E NA AMÉRICA DO SUL.....	1
- SEÇÃO I - GENERALIDADES.....	1
- SEÇÃO II - A SITUAÇÃO NA ÁFRICA ATLÂNTICA.....	1
- SEÇÃO III - A SITUAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL NA AMÉRICA CENTRAL E NO CARIBE.....	8
- SEÇÃO IV - INTERESSES POLÍTICOS E ECONÔMICOS DAS SUPERPOTÊNCIAS.....	17
CAPÍTULO 2 - A PRESENÇA DE POTÊNCIAS EXTRA-CONTINENTAIS NO ATLÂNTICO SUL - MEIOS DISPONÍVEIS PARA A PROJEÇÃO DO PODER.....	20
Espanha.....	20
Estados Unidos.....	21
França.....	23
Grã-Bretanha.....	26
União das Repúblicas Socialistas Soviéticas	27
CAPÍTULO 3 - POSSIBILIDADES DE CONFRONTO COM OS INTERESSES POLÍTICOS E DE SEGURANÇA BRASILEIROS...	29
CAPÍTULO 4 - CONCLUSÕES.....	35
BIBLIOGRAFIA.....	A-1

LISTA DE FIGURAS

FIGURA	TÍTULO	FOLHA
01	A PRESENÇA ESPANHOLA NA ÁFRICA.....	20-A
02	A PRESENÇA FRANCESA NA ÁFRICA.....	23-A
03	PAÍSES AFRICANOS DA COMUNIDADE BRITÂNICA DE NAÇÕES.....	26-A
04	A INFLUÊNCIA SOVIÉTICA NA ÁFRICA.....	27-A

INTRODUÇÃO

A recente criação da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul, por iniciativa do Brasil, constitui, sem dúvida uma demonstração da preocupação do governo brasileiro diante da situação da segurança regional abalada pela transposição do conflito leste-oeste para o Atlântico Sul.

A área considerada vem sendo palco de numerosas intervenções de cunho militar por parte de potências extra-continentais. Na América Central, nas ilhas do Caribe e na África, a atuação das referidas potências tem sido freqüente, suscitando justas apreensões.

Esta monografia tem o propósito de analisar o problema sob o enfoque amplo, no qual se avalia a situação política e econômica dos países da área e os interesses de potências cujas atuações foram, também, apreciadas.

A situação do Brasil foi particularizada sob o mesmo enfoque e procuramos avaliar as implicações resultantes do advento da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul.

CAPÍTULO 1

INTERESSES POLÍTICOS; ECONÔMICOS E ESTRATÉGICOS NA ÁFRICA ATLÂNTICA E NA AMÉRICA DO SUL

SEÇÃO I

GENERALIDADES

Os países banhados pelo Oceano Atlântico pertencem, ^{???} todos, ^{EUROPA Ingle. Fr. ?} ao chamado "Terceiro Mundo" e lutam com dificuldades e desafios comuns na busca do desenvolvimento econômico, na correção de deficiências estruturais, no aperfeiçoamento das instituições políticas e administrativas, na afirmação da soberania e na busca de alterações na ordem econômica internacional que lhes permitam vencer os bolsões de pobreza que afligem a maior parte das suas populações.

Por outro lado, aspectos de formação histórica, diferenças no grau de desenvolvimento alcançado e na participação no comércio e no relacionamento internacional são distintas em cada continente e para cada país.

No Atlântico Sul situam-se as importantes passagens de Gibraltar, o Canal do Panamá, o Estreito de Drake e o Cabo da Boa Esperança. As diversas ilhas oceânicas e o estreitamento produzido pelos salientes das costas africana e brasileira também são acidentes geográficos que influenciam a apreciação estratégica da região. Embora de grande valor para as nações ribeirinhas, o Atlântico Sul tem sido relegado a um plano secundário pelas superpotências, cujos interesses se focalizam na Europa, no Oriente Médio e na Ásia.

SEÇÃO II

A SITUAÇÃO NA ÁFRICA ATLÂNTICA

Os países africanos que se originaram de antigas colônias

da Bélgica, da Espanha, da França e da Grã-Bretanha, tiveram suas independências outorgadas pelas metrópoles com as quais mantêm vínculos importantes em termos de economia, de comércio e até militares. Como em todos os países africanos, as fronteiras foram traçadas pelas potências coloniais sem levar em conta etnias, culturas e religiões que foram separadas e reagrupadas, aleatoriamente, complicando a formação de instituições governamentais estáveis e constituindo focos de tensão que já causaram episódios sangrentos como a revolta separatista de Biafra.

A existência de governos fortes é uma constante nestes países, em que pese suas vinculações com os modelos institucionais democráticos das antigas metrópoles. Esses governos fortes surgem como respostas às dissensões de origem tribal e cultural e servem à causa da unidade nacional. A influência na formação dos dirigentes, as atividades econômicas pré-existentes à independência e a necessidade de recursos para o desenvolvimento, tornaram a maioria dessas nações inclinadas para o ocidente e a necessidade de recursos externos, devido a ausência de capitais próprios, justifica o conceito de neocolonialismo aplicado, principalmente, ao relacionamento franco-britânico com suas antigas dependências africanas.

A independência dos países africanos de língua portuguesa resultou das mais longas lutas coloniais na África. Sujeito a um regime ditatorial que não compreendeu o momento histórico no qual se inseria o processo de descolonização, Portugal procurou manter suas colônias pela força das armas. O esforço foi muito grande, acima das possibilidades da economia lusa e propiciou a queda do governo salazarista, em 25 de abril de 1974. Nesta ocasião, as forças armadas portuguesas dispunham de cerca de 300 mil homens espalhados na Guiné Bissau, em Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e em Moçambique.

Com a reestruturação da administração portuguesa, adotou-

-se o mesmo procedimento para a transferência do poder e independência das colônias. Em 1974 e no início de 1975 são assinados acordos entre Lisboa e os movimentos de libertação fixando as datas de independência. No período de transição, o governo das colônias foi compartilhado entre os administradores de Lisboa e representantes dos movimentos nacionalistas. O esquema fúnciou bem em Moçambique, na Guiné Bissau, em Cabo Verde, assim como em São Tomé e Príncipe, onde havia um só Movimento ou Frente ao qual transferir a soberania. Em Angola, os termos do acordo de Alvor, realizado em janeiro de 1975, encontraram dificuldades para o seu cumprimento pois três movimentos pró-independência lutavam pelo poder e a situação era agravada pelas intervenções e apoios externos de diferentes origens. A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), com base na tribo Bacongo, recebia apoio dos Estados Unidos e da China e tinha sua base situada no Zaire. A União para a Independência Total de Angola (UNITA), congregava a tribo Ovibundu e atuava no interior, com apoio da África do Sul. O Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), apoiado pela URSS e países do bloco oriental, havia conseguido controlar a maioria dos centros urbanos e, com apoio de tropas cubanas, expulsou as forças sul-africanas que ocupavam o território angolano (1:5).

No dia 11 de novembro de 1975, na data prevista pelo acordo de Alvor, o MPLA proclamou a República Popular de Angola. No mesmo dia a coligação FNLA-UNITA proclamava a criação da República Popular Democrática de Angola, em Luanda e em Huambo (ex-Nova Lisboa).

Devido a antagonismos étnicos e a disputas pela liderança, a associação FNLA-UNITA não conseguiu perdurar e o MPLA passou a ter um controle mais efetivo sobre o país, após derrotar seus adversários com o apoio das tropas cubanas e do auxílio em material militar prestado pelos russos. Entretanto a vitória foi

parcial e a UNITA, com ajuda da África do Sul, ainda mantém controle de áreas importantes no interior de Angola. (17:50).

Ao assumir o Governo, o MPLA adotou o modelo comunista mas, desde o início, assumiu uma postura pragmática em relação ao ocidente, com o qual busca manter boas relações.

A Constituição angolana proíbe a instalação de bases militares estrangeiras no país e a política externa segue uma orientação de não alinhamento. Este posicionamento cria situações interessantes como a proteção de tropas cubanas a instalação de extração de petróleo operadas por empresas norte-americanas, contra ataques e sabotagens da UNITA.

O acordo de Lusaka, celebrado em fevereiro de 1984, entre Angola e a África do Sul, objetivava uma trêgua na qual se previa a retirada das tropas cubanas e do apoio aos guerrilheiros da SWAPO, por parte de Luanda e a evacuação de tropas sul-afri^{ca}canas de Angola e da Namíbia, bem como a cessação de apoio à UNITA, por parte de Pretória. A consecução dessas metas redundaria num acordo de paz definitivo entre os dois países. Aparentemente, os sul-africanos não demonstram interesse em remover suas tropas da Namíbia. Embora os EUA tenham protestado formalmente contra as atitudes protetatórias do governo sul africano, mantém a posição de que a retirada total das tropas cubanas é a condição essencial para que Washington reconheça o governo de Luanda. Tal situação implica em garantir Angola contra as ações armadas da África do Sul e da UNITA, o que parece difícil de ser assegurado (1:7).

O petróleo constitui a principal fonte de recursos de Ango^{la}, com uma produção diária de 250 mil barris em 1985, seguindo-se a extração de diamantes. Os principais parceiros comerciais são os EUA, Portugal e Brasil

A economia angolana vem enfrentando grandes dificuldades. Inicialmente houve a evasão dos capitais dos colonos portugue

ses que, ao se retirarem, também privaram o país de técnicos em todos os níveis. A manutenção de tropas cubanas e a defesa contra as ações da África do Sul e da UNITA, implicam em grandes gastos militares. Embora já tenha sido auto-suficiente no setor de alimentação, o país importa cerca de 50% de suas necessidades alimentares pois, os processos de coletivização e de cooperativismo aplicados à produção e decorrentes da doutrina comunista do governo, não produziu bons resultados.

A fragilidade da economia e a falta de segurança interna e externa, provocou o surgimento de facções dentro do próprio governo com a formação de um segmento radical e outro moderado. O primeiro é incondicionalmente pró-soviético e contra a África do Sul, o segundo se inclina por uma redução das influências russa e cubana e considera necessárias as negociações econômicas com o ocidente. As disputas entre essas facções aumentam as dificuldades do governo e têm implicações no relacionamento com a África do Sul, imprescindível para reduzir as tensões na região.

A República Sul-Africana constitui-se no mais desenvolvido estado da África Atlântica. É o maior exportador mundial de ouro, grande exportador de urânio, diamantes, platina e outros metais e abriga uma soma de investimentos internacionais maior que os investimentos aplicados em todo o restante da África. O país ocupa importante posição estratégica no extremo sul do continente africano, onde o Cabo da Boa Esperança se constitui no ponto focal das rotas marítimas entre o Oceano Atlântico e o Índico.

Valendo-se de sua privilegiada posição estratégica e dos interesses econômicos internacionais diretamente ligados à sua produção mineral, o governo sul-africano procura figurar como um baluarte do mundo ocidental contra o comunismo e busca diminuir o isolamento diplomático, cada vez maior, a que tem sido sujeito devido à política do "apartheid" e da questão da independência.

dência da Namíbia.

O regime do "apartheid" constitui-se no fundamento do sistema político sul-africano no qual todos os direitos são negados aos negros. Assim, cerca de quatro e meio milhões de brancos mantêm, aproximadamente, vinte milhões de negros como escravos, proporcionando mão-de-obra barata para a economia, principalmente na exploração dos grandes recursos minerais. A Constituição de 1984, apresentada como um avanço na política racial, na realidade não representou nenhum benefício aos negros e dirigiu-se a duas camadas da população, mestiços e asiáticos, que correspondem, respectivamente, a 9,4% e a 2,9% da população (31.700.000 habitantes, em 1985) (1:18).

Com a independência das "Províncias Ultramarinas" portuguesas, a República Sul-Africana se viu cercada por governos negros, inimigos naturais da "apartheid" e que davam guarida aos membros dos movimentos de oposição ao governo sul-africano -- o African National Congress, (ANC) e o Pan African Congress (PAC), são os dois movimentos principais -- bem como aos guerrilheiros do "South West African People's Organization" (SWAPO), que lutam pela independência da Namíbia.

Sob pressão de diversas sanções aprovadas na Organização das Nações Unidas, (ONU) e que incluem o embargo ao fornecimento de material de uso militar por parte dos países membros daquele organismo internacional, a República Sul-Africana desenvolveu uma indústria bélica que lhe garante a superioridade militar sobre seus vizinhos e permite mantê-los sob pressão mediante ataques aéreos e incursões terrestres, ocupação do território de seus adversários e, também, apoiar materialmente guerrilhas dissidentes contra os governos de Angola, de Moçambique e do Zimbábue.

Neste contexto, a independência da Namíbia representa, aos olhos de Pretória, a concretização de mais uma ameaça negra à

minoria branca, além das repercussões que a possível perda das minerações de diamante, urânio, cobre e outros metais, acarretariam à economia sul-africana. Assim, a África do Sul vem empreendendo uma série de medidas protelatórias e apresentando reivindicações (questão de Walvis Bay, por exemplo) que buscam à impedir a independência da Namíbia.

O acordo de Lusaka e o tratado de Nkomati, assinados pela África do Sul, em 1984, respectivamente, com Angola (16 de fevereiro) e com Moçambique (16 de março), constituíram uma importante vitória de Pretória no campo internacional, se bem que o continuado apoio aos movimentos Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e UNITA e a exigência de retirada dos cubanos de Angola, dificulte a implementação de medidas que tornem efetivos os termos de tais acordos.

Além da luta pela independência da Namíbia, a outra guerra de libertação em curso na costa atlântica africana é a que é travada pela "Frente Popular de Libertação do Sakiet el-Hamra e Rio de Oro" (Polisario), de cunho nacionalista, contra o Reino do Marrocos, em terras do antigo Saara Espanhol.

Na fase inicial, a Mauritânia e o Marrocos invadiram o Saara Ocidental ao término da colonização espanhola, ocorrida em fevereiro de 1976. Na mesma ocasião, o movimento Polisario proclamava a República Árabe Democrática do Saara (RADS), com ajuda do governo de Argel.

Em 1976, a Mauritânia retirou-se da região que ocupara, entregando-a ao chefe Polisario Mohamed Lamine, e reatou relações com a Argélia e com a Tunísia, formando uma frente que apoia o movimento de libertação saariano. A resposta marroquina, auxiliada militarmente pela França e Estados Unidos e financeiramente pela Arábia Saudita, foi uma ofensiva geral contra as regiões ocupadas pelo movimento Polisario. Na fase atual, as lutas continuam de modo inconclusivo, com vitórias e derrotas, ora de

um, ora do outro contendor.

Disputas entre outros países refletem-se na região e, atualmente, existe um alinhamento Mauritânia, Argélia e Tunísia apoiando o movimento Polisario contra a aliança Marrocos e Líbia.

A aproximação do Marrocos com a Líbia, certamente não agrada aos Estados Unidos.

SEÇÃO III

A SITUAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL, AMÉRICA CENTRAL E NO CARIBE

Após a Segunda Guerra Mundial, os países da América do Sul sofreram transformações importantes. Particularmente na costa leste, na Argentina e no Brasil, a industrialização, nascida da necessidade de, durante a guerra, substituir as importações, foi acelerada nos anos cinquenta. Os investimentos na produção primária perderam seu dinamismo tradicional e aumentaram, de muito, na indústria e no comércio. Novos problemas, como o da urbanização acelerada e o da concentração de renda, fizeram surgir tensões no campo social que propiciaram a tomada do poder por militares, na Argentina, no Brasil e no Uruguai. Ao mesmo tempo, surgiu a necessidade de importar matéria prima, tecnologia e capital para atender ao rápido crescimento da indústria. Nos anos sessenta, a fonte de divisas tradicional, o governo americano, foi substituída pelos grandes bancos particulares, inclusive da Europa, abarrotados de petrodólares e que emprestavam recursos a custo baixo. Procurando tirar partido da situação e estimulados pelos resultados espetaculares alcançados pelo Brasil e pela Argentina, praticamente toda a América Latina se endividou, aplicando os recursos obtidos, muitas vezes, em projetos de longa maturação ou de rentabilidade duvidosa.

Com os denominados "cheques do petróleo" de 1973/74 de 1979 e com o aumento internacional das taxas de juros a partir

de 1978, foi exposta toda a fraqueza das economias baseadas em importação de petróleo e de divisas. No caso argentino, os custos decorrentes da aventura nas Malvinas devem ser, também, computados. A crise econômica resultante da situação apresentada foi ainda mais acentuada pela recessão mundial e pela queda do valor dos produtos primários, componentes tradicionais da pauta de exportações. Assim, por maiores que tenham sido os esforços feitos para prosseguir pagando os débitos contraídos mediante o aumento das exportações, muito pouco foi conseguido e os planos econômicos adotados pelos países só obterão resultado a longo prazo.

As Guianas, por suas origens e vinculações com países que lhes legaram instituições e tradições distintas, apresentam uma situação particular no mundo íbero-americano. A Guiana Francesa é um "departament d'outre-mer" da França que utiliza a base de Kourou para efetuar os lançamentos de foguetes e satélites de seu programa aeroespacial, o que é facilitado pela proximidade da linha do Equador. As relações da França com o governo do Suriname são tensas devido as reivindicações daquele governo em relação às terras a leste do rio Litani e ao grande número de refugiados que, contrários ao regime de Bourtrese, se dirigiram para a Guiana Francesa.

A Guiana e o Suriname são os países de independência mais recente na América do Sul, tendo se desligado da Inglaterra e da Holanda em 1970 e 1975, respectivamente. Com a economia baseada no setor primário, em declínio, sem o aporte de recursos no volume que as antigas metrópoles injetavam na região, estes países têm sofrido crises políticas frequentes, complicadas, no campo externo, pelas reivindicações decorrentes de questões de fronteiras - a Venezuela reclama o território Esequibo que corresponde a 2/3 das terras da Guiana. Por solicitação das partes, a questão está entregue a mediação da ONU desde 1985. A disputa

do Suriname pela posse de 15.000 Km quadrados na região do rio Corantyne, em território guiano, adquiriu um ritmo menos candente após o restabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países em 1979 e a assinatura de acordos comerciais, em 1983. Todavia, durante o ano de 1985, o Suriname expulsou milhares de guianenses que trabalhavam no país, o que resultou em novo período de tensão entre Georgetown e Paramaribo.

Em represália às perseguições políticas e às violações dos direitos humanos praticados pelo governo do coronel Desi Bourtrese, que assumiu o poder em consequência de um golpe militar, a Holanda e os EUA suspenderam a ajuda econômica que prestavam ao Suriname. O regime Bourtrese voltou-se para Cuba em busca de apoio. Para contrabalançar a influência cubana, o governo brasileiro passou a incrementar seu relacionamento com Georgetown, a partir de 1983. Devido a seus próprios problemas econômicos, a ajuda brasileira tem sido limitada, mas a situação evoluiu quando, após a intervenção norte americana em Granada, o governo do Suriname dispensou o embaixador de Cuba e pediu a retirada dos técnicos cubanos.

A Colômbia e a Venezuela, embora afetados pela recessão, apresentam o quadro econômico mais alentador na América Latina. A Colômbia é grande produtora de café e possui 40% das reservas de carvão do continente. O país tem uma longa tradição de violência interna que prossegue, atualmente, através da ação de grupos de guerrilha como o M-19, de esquerda, do Morte aos Seqüestradores (MAS), de direita e pela ação dos traficantes de tóxico que chegaram a assassinar o Ministro da Justiça, em 1984. A influência do "narcotráfico" chegou a ponto de provocar a redução do número de funcionários americanos que trabalhavam no país, retirados face às ameaças dos traficantes que podiam ser concretizadas. Estima-se que o lucro obtido com o comércio ilegal de drogas seja superior ao total das divisas obtidas no comércio extr

terior. As dívidas contraídas pelo governo de Bogotá estão sendo pagas em dia e não há dificuldades na obtenção de novos empréstimos.

A Venezuela é o segundo maior produtor de petróleo da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), sendo atualmente, a maior fornecedora dos EUA. A comercialização dessa produção corresponde a 95% das exportações. A grande dependência do petróleo criou distorções na economia que se refletem na má distribuição de rendas e na necessidade de importar grande parte, (50%), da alimentação de que necessita. Para diminuir a dependência de uma só fonte de divisas, o governo vem atribuindo prioridade à diversificação da economia. Os planos para o estabelecimento de uma base industrial estão sendo prejudicados pela grande dívida externa (US\$ 33 bilhões, em 1983), pela queda no preço e diminuição na demanda por petróleo.

No campo externo, o contencioso com a Guiana foi comentado anteriormente. A questão entre a Venezuela e a Colômbia, relativa ao Golfo de Maracaibo, não está resolvida mas os dois países, membros do Grupo de Contadora (México, Panamá, Venezuela e Colômbia), vêm adotando atitudes que, muitas vezes, se contrapõem a rígida posição do governo Reagan em relação à Nicarágua, na tentativa de obter uma solução pacífica para os problemas da América Central que, além da Nicarágua, envolvem os Estados Unidos, Honduras e El Salvador.

América Central e Ilhas do Caribe - A história dos países da América Central e das Ilhas do Caribe é a história da política externa, das intervenções e ocupações levadas a efeito pelos norte-americanos na região que, devido ao Canal do Panamá, e pela proximidade, é vital para a estratégia e segurança dos Estados Unidos.

O Panamá tornou-se independente da Colômbia em 1903, mediante apoio dos Estados Unidos que concluíram a construção do ca

nal em 1914.

A soberania exercida pelos norte americanos na chamada Zona do Canal, serve de motivo a constantes distúrbios de caráter nacionalista e produzem grande instabilidade política, responsável por golpes sucessivos que depõem e instalam governos e criaram, no decorrer do tempo, um forte sentimento anti-americano na população.

Em 1977, o Presidente Carter e o Presidente Torrijos assinam dois tratados - o primeiro, prevê a transferência gradual de todas as instalações e da administração do Canal para o Panamá, até o ano 2000 e o segundo, concede aos Estados Unidos o direito de intervir militarmente para assegurar a neutralidade do canal, mediante o compromisso de não interferir nos assuntos internos panamenhos. As negociações para implementar o tratado prosseguiram até 1979.

O Panamá faz parte do Grupo de Contadora e tem promovido reuniões com países sul-americanos buscando solucionar os conflitos centro-americanos de forma pacífica.

A República da Costa Rica, por sua estabilidade política, elevado nível de escolaridade e boa distribuição de renda, representa a exceção no quadro dos países centu-americanos. No campo externo, o país sofreu pressões dos Estados Unidos para exercer um papel semelhante ao de Honduras, abrigando guerrilheiros contra a Nicarágua. Em 1984, foram desmanteladas as bases de guerrilheiros anti-sandinistas existentes no norte do país e, em 1985, face aos continuados incidentes de fronteira, São José retira seu embaixador de Manágua.

Após ocuparem a Nicarágua de 1912 a 1933 e orientarem a política fiscal e monetária do país de modo a subordiná-la aos interesses de credores norte-americanos e europeus, os administradores americanos colocaram Anastásio Somoza no governo. Seus filhos, Luis e Anastácio, prorrogam a permanência da família Somo

za no poder, por 43 anos. Neste período, a Nicarágua mostrou-se uma fiel seguidora da orientação americana e a família governante aumentava seu patrimônio usando, em proveito próprio, os recursos decorrentes de assistência financeira e da ajuda militar prestada pelos governos americanos.

O governo sandinista que assumiu a Nicarágua em 1979, contou, desde o início, com a inimizade de Honduras, Guatemala e El Salvador e necessitava de tempo para criar instituições políticas estáveis, capazes de substituir o sistema autoritário anterior. Não houve tempo suficiente pois a administração Carter, que buscou entendimento com os sandinistas, tendo inclusive, obtido do Congresso ajuda de emergência à Nicarágua no valor de setenta e cinco milhões de dólares, foi substituída, em 1980, com a eleição de Ronald Reagan para a presidência dos Estados Unidos.

A partir da assunção de Reagan, o objetivo do governo americano em relação à Nicarágua está voltado para conseguir um meio de desestabilizar e derrubar a liderança sandinista, que classifica de marxista.

A posição do governo americano; face à Nicarágua, tem sido apresentada como decorrente da intervenção sandinista em El Salvador, da eliminação das facções discordantes e da militarização da sociedade nicaraguense. Evidentemente, Reagan tem encontrado dificuldade em convencer a opinião pública, tanto americana como a internacional. Em 1981, o Departamento de Estado publicou um "Livro Branco" que procurava demonstrar o envio de armas da Nicarágua para El Salvador. Investigações separadas, realizadas e publicadas no "Los Angeles Times", no "Wall Street Journal" e no "Washington Post", provaram a falsidade da documentação apresentada. Quanto a eliminação de dissidência interna, a repressão sandinista existe, mas não pode ser comparada ao que ocorria no governo Somoza. No que concerne ao problema de militarização, o fenômeno é decorrente das ameaças de inter

venção direta dos EUA e da ação dos "contra" que, com o apoio americano, realizam incursões a partir de Costa Rica e, principalmente, de Honduras. Aliás, a militarização de Honduras sob os auspícios de assessores militares norte-americanos e mediante o fornecimento de material bélico, é bem maior que o aumento verificado nas forças armadas e nas milícias sandinistas (16:119).

Face ao isolamento imposto à Nicarágua, devido as pressões exercidas pelo governo americano junto a países vizinhos, para boicotar a economia sandinista, o regime de Manágua tornou-se, cada vez mais, dependente de Cuba e da URSS

Possuindo fronteiras com a Nicarágua, com El Salvador e com a Guatemala, Honduras converteu-se em polo das atenções norte-americanas e o país se transformou, virtualmente, na base a partir da qual o governo americano pretende conter o movimento revolucionário em El Salvador e, principalmente, derrubar o governo sandinista da Nicarágua.

A República de Honduras é o mais pobre dos países da América Central. A presença de tropas americanas e a ajuda militar dos Estados Unidos, até o momento não representaram melhoria para a grave situação da economia. O aumento do poder dos militares hondurenhos face a atuação americana, poderá quebrar o delicado equilíbrio político existente no país e resultar na retomada do poder pelos militares. Tal fato, corriqueiro na história hondurenha e no contexto centro-americano, significaria uma perda para a democracia que é tão difícil de ser mantida na região.

Em 1950, o Coronel Jacob Arbenz, eleito na última eleição livre realizada na Guatemala, instituiu reformas sociais e agrárias, expropriando terras da "United Fruit Company". Em 1954, o governo Arbenz foi derrubado por forças treinadas e financiadas pela Central Intelligence Agency (CIA). Segundo John Foster Dulles, as reformas sociais em curso na Guatemala eram de origem comunista e representava um perigo de subversão para a região

da América Central (16:59). A partir de então, governos militares ultra-direitistas instituíram o terrorismo de estado que perdura até os dias de hoje. Somente durante a administração Carter, devido as acusações de comprometimento do governo nas violações dos direitos humanos, foi que o governo americano rompeu relações com a Guatemala. A ajuda militar foi estabelecida na administração Reagan.

A Guatemala reivindica a posse de Belize, antiga colônia britânica, independente e membro da "Commonwealth" a partir de 1981. O governo de Londres mantém tropas para proteger o país, cuja independência não foi reconhecida pela Guatemala.

Acostumado a lidar com Fulgêncio Batista desde 1939, naturalmente, o governo americano logo descartou as possibilidades de diálogo com o movimento revolucionário de Fidel Castro. De qualquer modo o diálogo seria difícil, pois Castro considerava que os Estados Unidos, simplesmente, substituíram a Espanha na dominação de Cuba (10:126).

A reforma agrária que nacionalizou propriedades de americanos, a intervenção governamental nas refinarias de petróleo americanas que se negavam a refinar petróleo, que passou a ser fornecido pela URSS, pois as fontes tradicionais deixaram de abastecer atendendo ao bloqueio econômico determinado por Washington, e o apoio cubano oferecido aos demais movimentos revolucionários latinos, provocaram reações do governo Kennedy que culminaram na malfadada incursão da Baía dos Porcos. (com muito menos pessoal e material foi derrubado o regime Arbenz, na Guatemala, em 1954).

Castro proclama Cuba a primeira república socialista da América e se volta para a URSS. A crise dos mísseis se, por um lado implicou na perda de prestígio para a União Soviética, por outro lado representou a garantia de sobrevivência do novo regime cubano pois, uma das contrapartidas aceitas pelo governo ame

ricano e que condicionaram à retirada dos mísseis, foi a desistência de invadir a ilha

Durante a década de 60, Cuba foi acusada de exportar a revolução para a América Latina. A partir de 1976, com o envio de tropas para Angola e em 1977 para Etiópia, a tensão EUA - Cuba se agravou e, atualmente, Havana é acusada de armar a Nicarágua e de apoiar os guerrilheiros em El Salvador. Tendo resistido a pressão exercida por seis presidentes, parece admissível avaliar que Fidel Castro também poderá resistir a Ronald Reagan.

No quadro da recessão econômica internacional, a queda do preço do açúcar e da bauxita, que se constituíam na principal fonte de divisas da região caribenha, repercutiu com intensidade nas diversas ilhas do Caribe. Muitas dessas ilhas tornaram-se independentes recentemente (Bahamas, Antilhas Britânicas, Jamaica, Trinidad-Tobago, etc...) e não conseguiram formar governos estáveis pois, além da crise econômica, perderam os investimentos da metrópole. A ascensão ao poder de um governo de esquerda que se aproximou de Cuba e a construção de um aeroporto de valor estratégico provocaram, como reação, a invasão de Granada. A ação norte-americana, decididamente realizada, representou um freio às pretensões cubanas de aumentar sua influência na região e constituiu-se numa advertência para os governos com tendências esquerdistas na área. Uma das conseqüências foi a retirada do embaixador e assessores cubanos do Suriname.

A República Dominicana e o Haiti também sofreram intervenções dos Estados Unidos, em mais de uma ocasião. Na última, realizada em São Domingos, em 1965, sob os auspícios da OEA, houve participação de forças brasileiras.

Porto Rico, como um dos estados da América do Norte, conta com bases navais e aéreas importantes para o controle militar da região.

A França mantém a posse das ilhas de Guadalupe e Martinica

sob o regime de departamentos ultra-marinhos.

As Antilhas Holandesas estão com suas independências marcadas para o período 1988-1989. As reivindicações da Venezuela sobre algumas das ilhas poderá tornar-se mais um motivo de inquietação na região.

SEÇÃO IV

INTERESSES POLÍTICOS E ECONÔMICOS DAS SUPERPOTÊNCIAS

O interesse político, econômico e estratégico dos Estados Unidos na América Central e na América do Sul é muito grande. A Doutrina Monroe data de 1823 e tomou impulso após a derrota da Espanha, em 1898. A independência do Panamá e a construção do canal acrescentou o aspecto estratégico aos demais interesses dos Estados Unidos na região. As repetidas intervenções nos países do Caribe realizadas pelos americanos através dos tempos e o dinamismo atual de sua política externa na área, são indicadores evidentes do valor que a América Central e o Caribe representam para a segurança e para os demais interesses norte-americanos. No campo estratégico, além do Canal do Panamá, avulta a importância do fluxo de petróleo, pois a Venezuela se transformou no principal fornecedor à super potência americana.

O Brasil tem sido um aliado constante dos Estados Unidos na América Latina. Embora as relações entre os dois países mudasse para um ritmo menos entusiástico após 1977, o Brasil necessita de apoio americano para vencer a atual crise econômica e representa um mercado em expansão, ávido por tecnologia e investimentos, o que se constituiria no principal fator de um maior entendimento para benefício mútuo das duas nações. A exemplo do que ocorreu na Segunda Guerra Mundial, a posição brasileira no Atlântico Sul poderá ser importante numa guerra generalizada, principalmente face a situação de instabilidade e de debilidade das nações africanas.

A Argentina e os Estados Unidos nunca mantiveram um relacionamento mais estreito e a posição americana no conflito das Malvinas, tornou ainda mais distantes os dois países. A Argentina compete com os Estados Unidos no mercado internacional de grãos e a União Soviética, ultimamente, tem sido o maior cliente da nação portenha. Aparentemente não há maior interesse político, econômico ou estratégico dos EUA em relação à Argentina.

* Na costa Atlântica da África, o interesse político e econômico norte-americano se concentra na República Sul Africana onde foram aplicados investimentos importantes que asseguram o fornecimento de metais estratégicos (diamantes, ouro, cobalto, platina, etc). Este interesse dos Estados Unidos é bem explorado pela República Sul Africana que se coloca diante da opinião pública americana como um baluarte anticomunista na África e lhe permite retardar a independência da Namíbia, compartilhando com os EUA a exigência da retirada dos cubanos de Angola como um pré-requisito ao atendimento da resolução 435 de 1978 da ONU.

É interessante observar que mesmo as nações que se proclamaram de tendência comunista como Angola, Congo, Guiné e Guiné Bissau, mantêm boas relações com o ocidente e a maior parte do comércio é realizado com a Europa Ocidental e com os Estados Unidos.

Nos demais países africanos, a influência americana é muito limitada, ressentindo-se dos sucessos obtidos pela URSS e seus satélites e sofre com a indiferença da opinião pública nacional. Diante dos interesses e da competência da França e da Grã-Bretanha na região, suas ações são geralmente apoiadas pelos EUA (19:191,93).

Com uma economia autárquica, podendo obter em suas fronteiras ou na de seus aliados da Europa Oriental todos os pro-

duto primários que necessita, a URSS não tem interesses econômicos importantes no Atlântico Sul.

Logo após a independência, muitas nações africanas voltaram-se para a URSS e para a China em busca de apoio. Na realidade, nenhum desses dois países podia dispor do volume de recursos que lhes eram demandados e seus próprios sistemas econômicos não se comparam, em agilidade, com as economias do mundo ocidental, que podem atender, com maior flexibilidade, às nações africanas.

A partir dos anos setenta, a URSS tornou-se um ator importante no cenário africano, exercendo influência no norte-africano, na Etiópia e no sul da África. Aparentemente, os esforços do Kremlin são dirigidos de forma pragmática, aproveitando todas as oportunidades. A ação desestabilizadora soviética tende a afetar mais diretamente os interesses políticos e econômicos da Europa Ocidental. Embora tenha obtido sucessos iniciais, logo após a descolonização, a expansão russa perdeu impulso pois os africanos puderam observar as limitações e os problemas da assistência soviética.

Na América Latina, Cuba representa para a Rússia um trunfo político importante, situada numa área particularmente sensível, que os americanos consideram como sua esfera de influência. A manutenção do regime de Fidel Castro é onerosa e, aparentemente, os russos não se dispõem a estender à Nicarágua o mesmo tipo de ajuda prestado à Cuba. O único sucesso russo na América do Sul, ainda que relativo, ocorreu em relação ao Peru, mas o assunto foge ao nosso escopo.

CAPÍTULO 2

A PRESENÇA DE POTÊNCIAS EXTRA-CONTINENTAIS NO ATLÂNTICO SUL MEIOS DISPONÍVEIS PARA A PROJEÇÃO DO PODER

No presente capítulo, apresentaremos as potências extra-continetais presentes no Atlântico Sul, comentando seus interesses estratégicos na área.

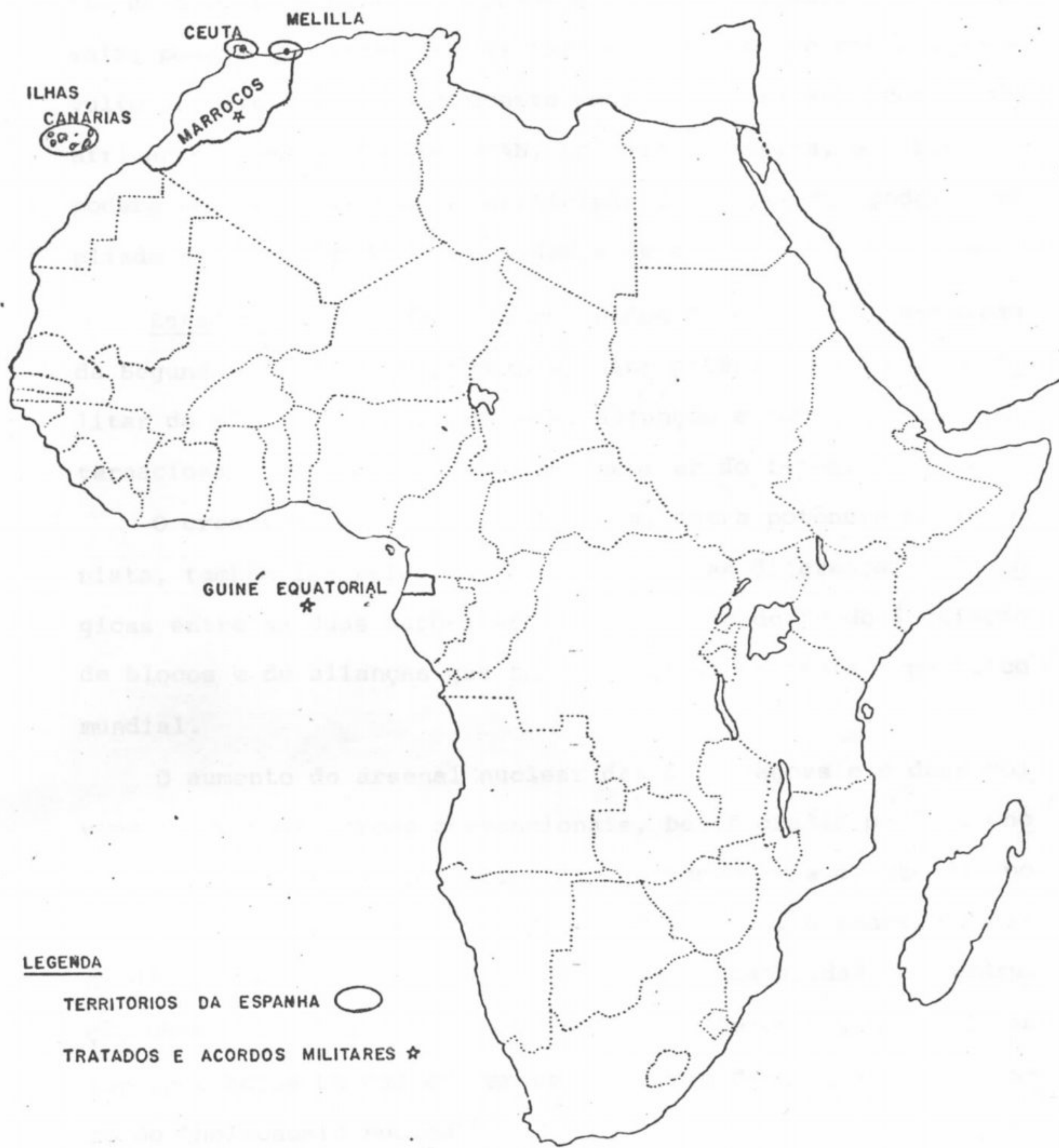
Espanha - A Espanha, com atribuições militares decorrentes da participação na OTAN, mantém um esquema defensivo voltado para o norte da África, cujos extremos são as Ilhas Canárias e as Ilhas Baleares. Inseridos neste esquema encontram-se, também, os enclaves de Ceuta e Mellila, em território marroquino. Neste mesmo contexto figura o contencioso com a Grã-Bretanha devido à posse de Gibraltar. O que, em última análise, consiste na disputa pelo controle da passagem Atlântico-Mediterrâneo (2:56,91), (11:88 a 92).

A Espanha, como antiga potência colonial, conserva alguns interesses comerciais na África e mediante um tratado de defesa, o Marrocos permite a utilização de seus portos pela Marinha espanhola. Com a Guiné Equatorial, existe um acordo de assistência militar.

O governo espanhol mantém as seguintes forças desdobradas nas Ilhas Canárias: dois regimentos de infantaria, um regimento da Legião Espanhola, dois regimentos de artilharia de costa, dois batalhões de engenharia de combate e uma companhia de operações especiais. A Força Aérea contribui com um esquadrão de interceptação e ataque (Mirage F1-C), um esquadrão de busca e salvamento e um esquadrão de transporte (22:77).

A Espanha tem boas condições de projetar poder sobre a costa norte da África a partir de seu território e de bases nas Canárias, mediante o emprego de sua aviação e das brigadas aerotransportadas e de paraquedistas. Esta capacidade poderá ser ampliada, pois a Marinha espanhola, dispendo de um navio

FIGURA 1



A PRESENÇA ESPANHOLA NA ÁFRICA

aeródromo, de quatorze fragatas com mísseis, de um navio desembarque doca, de três navios de desembarque de carros de combate, de três transportes de tropa e de onze mil fuzileiros navais, poderá organizar forças-tarefa anfíbias, de composição e vulto variáveis, suficientemente poderosas para as condições africanas. Como membro da OTAN, em caso de guerra, a Espanha poderá receber reforços ou participar de forças com poder ampliado e com maiores possibilidades de atuação.

Estados Unidos - Os Estados Unidos da América emergiram da Segunda Guerra Mundial como a maior potência econômica e militar do planeta, com interesses, alianças e compromissos internacionais que se ampliaram no decorrer do tempo.

O crescimento da União Soviética, outra potência expansionista, também foi relativamente rápido e as diferenças ideológicas entre as duas nações serviu como pano de fundo à criação de blocos e de alianças que formam o atual panorama político mundial.

O aumento do arsenal nuclear das duas nações e o desenvolvimento de suas forças convencionais, beneficiadas pela tecnologia mais avançada, propiciou-lhes a supremacia diante do poder militar das outras potências tradicionais. O poderio nuclear dos EUA e da URSS, que lhes assegura a capacidade de destruição mútua, veio acarretar a situação de "detente", na qual as superpotências buscam evitar um confronto direto, face ao risco do "holocausto nuclear".

A importância atribuída pelos norte americanos a sua segurança e a de seus aliados, pode ser avaliada pelo desdobramento de suas forças no exterior. A Europa, o Atlântico Norte e o Mediterrâneo absorvem a maior parte das forças americanas distribuídas fora de seu território. Em segundo lugar, surge a região asiática e o Oceano Pacífico, seguindo-se, finalmente, o Atlântico Sul.

Considerando-se que o Caribe e a América Central estão nas proximidades e ao alcance de forças sediadas no território americano, vemos que a parte sul do Atlântico é relegada a um plano secundário na concepção estratégica americana pois não há nenhuma força especificamente alocada à região. John Lehman Jr., ex-secretário da Marinha no Departamento de Defesa, assim se refere a Segunda Frota:

- "A Segunda Frota é o coração da esquadra atlântica de ataque para a OTAN. Ela é responsável pelas operações navais no Atlântico Norte e Oriental, Islândia, Mar da Noruega, pela defesa da Noruega e do Flanco Norte, incluindo o Mar do Norte e a garganta do Báltico. Ela deverá simultaneamente, cumprir qualquer missão requerida no Caribe, onde fazemos face a uma grande presença naval soviética e cubana: no Atlântico Sul onde temos rotas marítimas vitais e ao longo das rotas a oeste da África, onde os soviéticos movimentam forças navais, continuamente" (12:34).

A capacidade americana de movimentar tropa e material, tanto pelo mar como pelo ar, não tem paralelo, mesmo em termos de superpotências. As possibilidades do Comando de Transporte Aéreo Militar (Military Air Lift Command - MAC) podem ser aumentadas pela convocação da maior frota existente de aeronaves civis, de passageiros e de carga, o que permite assegurar transporte rápido para as Divisões Aerotransportadas e de Paraquedistas do Exército. Os cinquenta e oito navios das Forças Anfíbias da Marinha, poderão ser reforçados por meios provenientes das seguintes organizações: Força Pronta de Reserva (Ready Reserve Force - RRD), Frota de Reserva da Defesa Nacional (National Defense Reserve Fleet - NDRF), Comando Militar de Transporte Marítimo (Military Sealift Command - MSC) e Navios Mercantes Pré-Posicionados (Maritime Pre-positioning Ships - MPS). Além das tradicionais Forças de Desembarque de Fuzileiros Navais, foi criado o Comando de Operações Especiais cujas tropas, que congregam elementos e meios das três Forças, recebem treinamento em guerra convencional, ações anti-terrorismo, incursões e etc... e destinam-se a intervir em conflitos de baixa intensidade, aumentando a flexibili

dade do manejo e controle de situação de crise (21:149,50).

Podemos concluir que no Atlântico Sul, a região da América Central e do Caribe recebe uma atenção muito maior que a região meridional em termos da estratégia de defesa norte-americana. Entretanto, face a sua supremacia militar e ao elevado grau de mobilidade, as forças americanas poderão intervir tanto na África como na América do Sul, com grande rapidez. Nas condições atuais, as forças armadas dos países latinos e africanos não têm poder suficiente para opor resistência eficaz a ação militar dos Estados Unidos, levada a efeito em qualquer região do Atlântico Sul.

França - Logo após a independência, doze estados africanos assinaram acordos militares com a França entre 1960/61: República Central Africana, Tchade, Congo, Gabão, Senegal, Madagascar, Costa do Marfim, Niger, Benin, Mauritânia, Togo e Camarões. A Guiné, Mali e Burkina Fasso (ex Alto-Volta), preferiram não conservar laços tão estreitos com a ex-metrópole e não participaram de nenhum acordo. Entretanto, garantiram à França o direito de sobrevôo militar e de passagem para tropas. O governo francês desejava manter sua influência na África e assegurar o suprimento de matérias primas vitais para a economia. As novas nações, cientes de sua instabilidade e vulnerabilidade, buscavam a segurança. Na maioria dos casos, os Estados concordaram em dar prioridade à França na prospecção e venda de minérios e em mantê-la informada das condições de exploração e comércio de itens tais como petróleo, gás, urânio, tório, lítio e outros minerais (6:6).

Em cumprimento aos acordos assinados, as forças francesas, a partir de 1959, intervieram na República dos Camarões, Mauritânia, Senegal, Congo, Gabão, República Central Africana, Tchade e no Zaire. Na maioria dessas nações, foram realizadas várias intervenções, em épocas diferentes. Na questão que provocou a

FIGURA 2



A PRESENÇA FRANCESA NA ÁFRICA

intervenção no Zaire, realizada durante 1977 e 1978, para suprimir o movimento separatista da província de Shaba (ex-Katanga), houve concurso de tropas belgas e francesas e contou com o apoio de transporte aéreo fornecido pelos EUA (6:50).

A França mantém as seguintes forças fora de seus limites europeus (cerca de 20.000 homens):

- Forças ditas de soberania, estacionadas nos departamentos ultramarinhos.

- Forças de presença, mantidas em países africanos em virtude de tratados de defesa.

- Forças temporárias, em sistema de rodízio a cada quatro ou de seis em seis meses.

Em 1986, as forças de presença estavam assim distribuídas,

Na região do Atlântico Sul:

- No Senegal; um batalhão de infantaria reforçado por dois pelotões de carros AML, em Dakar.

- Na Costa do Marfim; um batalhão de infantaria, reforçado por dois pelotões de carros AML e um pelotão de carros de combate AMX 13, baseados em Abidjan.

- No Gabão; um batalhão de infantaria e um pelotão de carros AML, aquartelados em Libreville.

- No enclave de Djibouti; dois regimentos, sendo um da Legião Estrangeira e um batalhão de comando e serviços, reforçados por carros AMX 13, mísseis anticarro e antiaéreos, um destacamento da aviação do Exército, com helicópteros de transporte pesado e helicópteros médios.

Quanto às forças de soberania, nos departamentos ultramarinhos no Atlântico, a distribuição, também em 1986, era a seguinte:

- Na Martinica; um batalhão de comando e serviços, dois regimentos de combate, uma bateria de artilharia 105mm, um grupo da "gendarmérie" e um regimento do serviço militar.

- Em Guadalupe; um batalhão de comando e serviços, uma companhia de infantaria e uma seção de reconhecimento destacados do regimento da Martinica, um grupo de "gendarmeire" e um regimento do serviço militar.

- No Território da Guiana estão estacionados um regimento da Legião Estrangeira, um batalhão de infantaria, um regimento de serviço militar e um grupo da "gendarmerie".

Outras forças de soberania estão distribuídas no Oceano Pacífico e no Índico (8:1,3).

Tanto as forças de presença como as forças de soberania têm a missão de manter a ordem e, em caso de ataque, assumir a primeira linha de defesa em condições de acolher reforços da metrópole. Esses reforços são, prioritariamente, constituídos por unidades da "Force d' Action Rapide" (FAR).

A Força de Ação Rápida é uma força estratégica e pode ser engajada total ou parcialmente, em caso de crise, tanto na Europa como no exterior, podendo ser apoiada ou reforçada por unidades regulares do exército, da força aérea e por meios navais. O núcleo da FAR é constituído por cinco divisões (47 000 homens): a 9.^a divisão de fuzileiros navais, a 11.^a divisão de fuzileiros navais paraquedistas, a 6.^a divisão leve blindada (Legião Estrangeira), a 27.^a divisão alpina e pela 4.^a divisão helitransportada (82 helicópteros de diversos tipos) (6:16).

A atuação da França na África tem sido um fator de estabilidade e segurança regional. Parte da aceitação da França pelos estados africanos baseia-se no fato dela se apresentar como alternativa face as superpotências. Apesar de sua posição de não alinhamento, no conflito leste-oeste, a presença francesa na África contribui para a inclinação pró ocidente dos países africanos de língua francesa.

Tendo em vista os benefícios mútuos, o sistema de segurança existente deverá permanecer até o final do século, mesmo so

frendo alterações ocasionais.

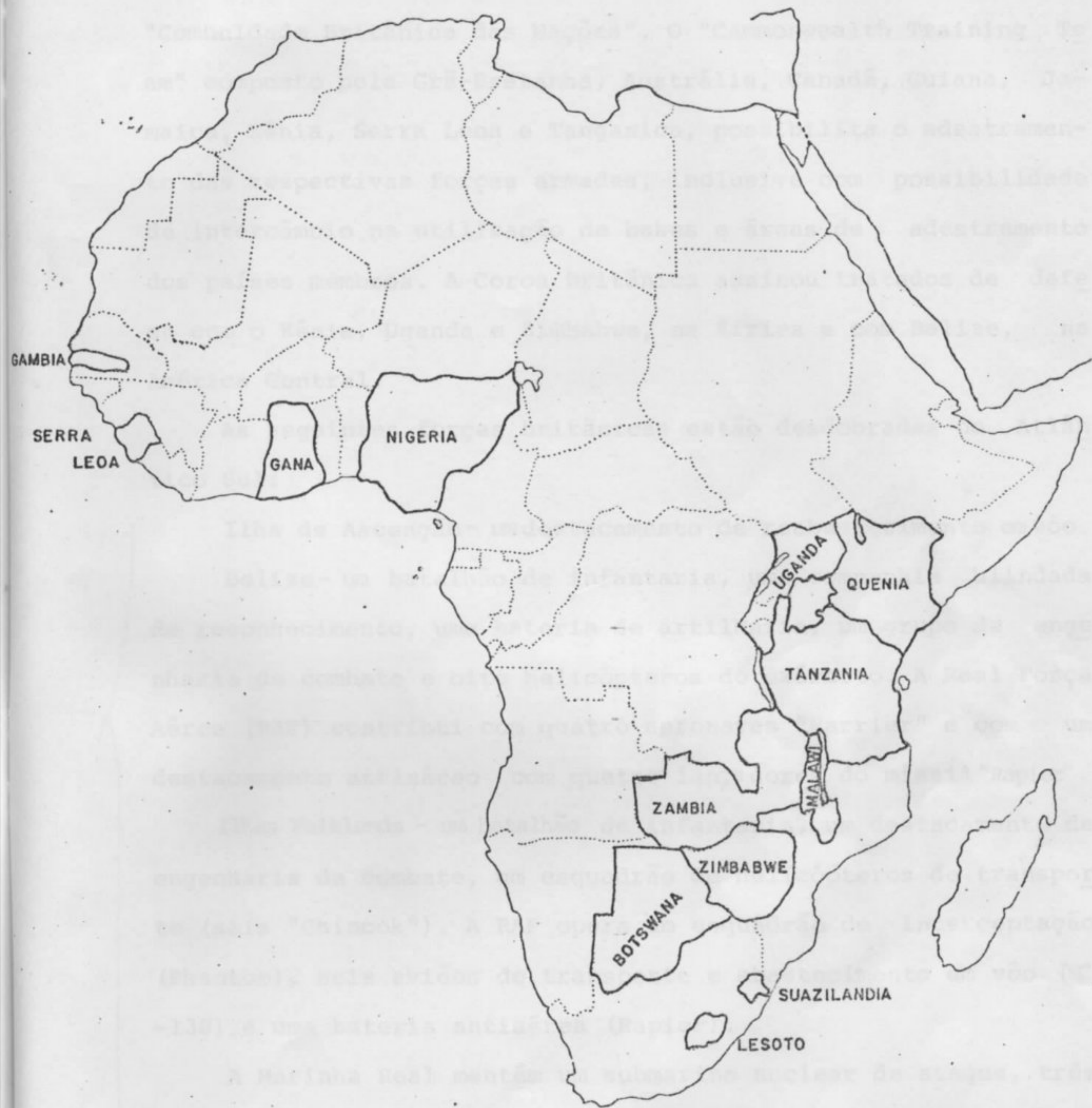
A França, na atualidade, é a potência extra-continental (o que exclui Cuba) com maior presença militar no Atlântico Sul e seu poder tem sido projetado na sua área de influência africana, em várias oportunidades.

Dispondo de uma grande Marinha de Guerra com dois navios aeródromo, um porta-helicóptero, dois navios de desembarque do ca com helicópteros, seis navios de desembarque de carros de combate e de quarenta e três contratorpedeiros, fragatas e corvetas lançadores de mísseis, vemos que mesmo se não tomarmos em conta os seus meios nucleares, a França tem amplas condições para atuar no Atlântico Sul, na defesa de seus interesses.

Grã-Bretanha - A campanha que culminou com a retomada das Ilhas Falkland foi a demonstração patente da capacidade britânica de projetar poder muito além de suas fronteiras. A ação militar empreendida, reforçou os laços da "Commonwealth" e serviu de advertência para nações que, como a Guatemala em relação à Belize, alimentam reivindicações territoriais junto aos membros, aparentemente, mais fracos da Comunidade Britânica.

A guerra de 1982, ocorreu no momento em que o Ministério da Defesa Britânico iniciava a redução das suas forças navais face aos custos que a importante participação militar da Grã-Bretanha, no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), impunha à economia nacional. As lições do conflito no Atlântico Sul foram incorporadas na especificação de novos meios e re-orientou o pensamento estratégico britânico, o que pode ser observado pela decisão de manter os meios navais de projeção de poder sobre terra, cuja venda ou sucateamento estavam programados e pela substituição das fragatas e navios de desembarque, perdidos em combate. A necessidade de manter a posse das ilhas oceânicas: Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Falklands, Geórgia do Sul, Sandwich e Órcadas do Sul também de

FIGURA 3



PAÍSES AFRICANOS DA COMUNIDADE BRITÂNICA DE NAÇÕES

ve ter sido reavaliada.

Após a liquidação de seu império, a Grã-Bretanha mantém ligações com as antigas colônias e muitas tornaram-se membros da "Comunidade Britânica das Nações". O "Commonwealth Training Team" composto pela Grã-Bretanha, Austrália, Canadá, Guiana, Jamaica, Kênia, Serra Leoa e Tanganica, possibilita o adestramento das respectivas forças armadas, inclusive com possibilidade de intercâmbio na utilização de bases e áreas de adestramento dos países membros. A Coroa Britânica assinou tratados de defesa com o Kênia, Uganda e Zimbabwe, na África e com Belize, na América Central.

As seguintes forças britânicas estão desdobradas no Atlântico Sul:

Ilha de Ascensão - um destacamento de reabastecimento em vôo.

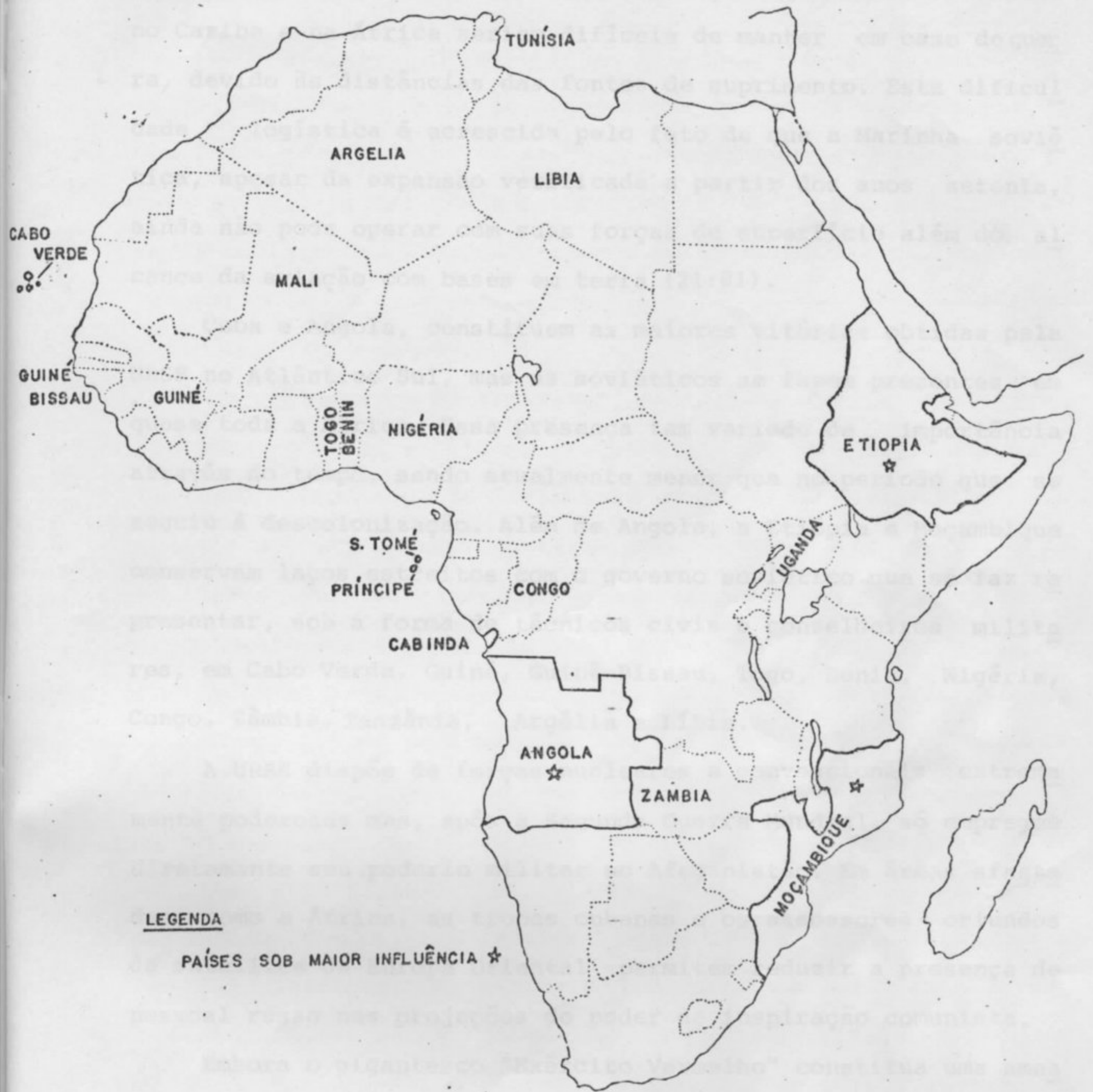
Belize - um batalhão de infantaria, uma companhia blindada de reconhecimento, uma bateria de artilharia, um grupo de engenharia de combate e oito helicópteros do exército. A Real Força Aérea (RAF) contribui com quatro aeronaves "Harrier" e com um destacamento antiaéreo com quatro lançadores do míssil "Rapier".

Ilhas Falklands - um batalhão de infantaria, um destacamento de engenharia de combate, um esquadrão de helicópteros de transporte (seis "Chinook"). A RAF opera um esquadrão de interceptação (Phantom), seis aviões de transporte e abastecimento em vôo (KC-130) e uma bateria antiaérea (Rapier).

A Marinha Real mantém um submarino nuclear de ataque, três helicópteros A/S Sea King e de três a cinco navios, de porte variado em patrulha (22:60).

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - Como a doutrina marxista-leninista prevê a derrocada do mundo capitalista ocidental como uma inexorabilidade histórica, a política externa do Kremlin procura apressar o curso da história, sempre que a ocasião propícia se apresenta. A posição soviética na África

FIGURA 4



INFLUÊNCIA SOVIÉTICA NA ÁFRICA

e em Cuba constitui o exemplo dessa política, que tem obtido su
cesso, a um custo relativamente baixo.

Em termos estratégicos, as posições que a URSS obteve no Caribe e na África seriam difíceis de manter em caso de guer
ra, devido às distâncias das fontes de suprimento. Esta dificul
dade logística é acrescida pelo fato de que a Marinha sovié
tica, apesar da expansão verificada a partir dos anos setenta, ainda não pode operar com suas forças de superfície além do al
cance da aviação com bases em terra (21:81).

Cuba e Angola, constituem as maiores vitórias obtidas pela URSS no Atlântico Sul, mas os soviéticos se fazem presentes em quase toda a África. Essa presença tem variado de importância através do tempo, sendo atualmente menor que no período que se seguiu à descolonização. Além de Angola, a Etiópia e Moçambique conservam laços estreitos com o governo soviético que se faz re
presentar, sob a forma de técnicos civis e conselheiros milita
res, em Cabo Verde, Guiné, Guiné-Bissau, Togo, Benin, Nigéria, Congo, Zâmbia, Tanzânia, Argélia e Líbia.

A URSS dispõe de forças nucleares e convencionais extrema
mente poderosas mas, após a Segunda Guerra Mundial, só empregou diretamente seu poderio militar no Afeganistão. Em áreas afasta
das, como a África, as tropas cubanas e os assessores oriundos de satélites da Europa Oriental permitem reduzir a presença de pessoal russo nas projeções de poder de inspiração comunista.

Embora o gigantesco "Exército Vermelho" constitua uma amea
ça aos vizinhos da URSS, podemos verificar que o Kremlin sofre limitações na capacidade de projetar seu poder convencional a longas distâncias devido a falta de bases adequadas no exterior e a insuficiência de suas forças aeronavais.

De qualquer modo, a presença constante dos navios de guerra soviéticos no Atlântico Sul - mostrando a bandeira - constitui um fa
tor de prestígio e demonstração do poder do mundo comunista.

POSSIBILIDADES DE CONFRONTO COM OS INTERESSES POLÍTICOS E DE
SEGURANÇA BRASILEIROS

No mundo atual, bipolarizado militarmente, ao se mencionar as possibilidades de projeção de poder ou de intervenção, os nomes das superpotências se associam, quase que automaticamente, a tais possibilidades. Essa associação de idéias decorre da supremacia militar dos Estados Unidos e da União Soviética. Os acontecimentos em Granada e no Afeganistão, aparentemente, confirmam o conceito apresentado.

Na realidade e contrariando, de certa forma, a associação de idéias exposta inicialmente, verifica-se que, tanto os Estados Unidos como a União Soviética, em razão do potencial de destruição que acumularam, adotaram mecanismos de autolimitação para evitar que a escalada nas crises localizadas, redunde em enfrentamento direto, com risco de envolvimento nuclear.

Este sistema de autolimitação das superpotências enseja que outros países desfrutem de uma relativa margem de manobra no campo das relações internacionais, inclusive recorrendo a ações militares na defesa de seus interesses, principalmente, em áreas consideradas como de importância estratégica secundária, no âmbito do confronto leste-oeste. A guerra das Malvinas, o conflito Irã-Iraque e, até mesmo as atividades militares da República Sul Africanaa contra Angola, podem servir de exemplo de intervenções levadas a efeito, em crises ocorridas à margem da disputa EUA-URSS.

Com suas fronteiras consolidadas, mantendo boas relações com seus vizinhos e nacionalmente integrado, o Brasil não apresenta as características de instabilidade política e social capazes de gerar o tipo de dissensões internas que, conjugadas a outros fatores, propiciam as intervenções em países da América Central, do Caribe e da África. Sem pretensões hegemônicas, e

tradicionalmente adepto da solução negociada dos conflitos, o relacionamento internacional do Brasil apresenta-se mais ligado às questões econômicas do que aos problemas políticos internacionais. Essa política exterior, evita a participação brasileira nas crises e amplia as possibilidades comerciais, permitindo negociações com os mais diversos parceiros, quaisquer que sejam as suas propensões ideológicas. Neste contexto, a condenação à política do "apartheid" representa uma excessão, mas não impede a manutenção das relações comerciais com a República Sul Africana.

Devido à magnitude da dívida externa e enfrentando sérios problemas econômicos, o Brasil necessita ampliar o seu comércio exterior para obter divisas e prosseguir no seu desenvolvimento, sob pena de estagnação e do crescimento das pressões sociais que podem acarretar alterações, de efeitos imprevisíveis, na situação interna do país.

Embora as nações latino-americanas e africanas sejam concorrentes do Brasil no comércio internacional de produtos primários, é nesses países que a indústria e o setor brasileiro de prestação de serviços, dispõe do maior campo para a expansão de seus negócios, graças a tecnologias menos sofisticadas, condizentes com as necessidades e peculiaridades do Terceiro Mundo.

Podemos considerar que a ocorrência de crises e de intervenções nos países do Atlântico Sul, representam limitações aos interesses comerciais do Brasil, pois a realização de negócios tende a prosperar em condições de estabilidade interna e de segurança externa, nas quais os parceiros possam se dedicar ao desenvolvimento econômico.

Os interesses brasileiros não têm sido deliberadamente contrariados nas crises já ocorridas ou em andamento. Entretanto, não devemos esquecer que as duas Guerras Mundiais colocaram-nos diante de agressões extra-continentais e que a existência de

compromissos internacionais, resultou na participação militar brasileira em Gaza e no conflito do Congo, no âmbito da Organização das Nações Unidas e, em São Domingos, no âmbito da Organização dos Estados Americanos.

Dotado de poder militar com importância apenas regional e exercendo uma política discreta e de não alinhamento no campo das relações internacionais, o Brasil não representa ameaça à segurança de nenhuma das potências apreciadas no presente trabalho. Assim, parece razoável admitir que um confronto dos interesses políticos e de segurança do Brasil com os de potências extra-continentais, apresenta-se, com maior possibilidade de ocorrer, no quadro de uma guerra generalizada.

No caso de um conflito de grandes proporções, a posição do Brasil no Oceano Atlântico será de importância estratégica para a defesa das rotas marítimas que interessam ao bloco ocidental e, principalmente, se a URSS conseguir utilizar a costa oeste ou as ilhas africanas como ponto de apoio.

Mesmo que a URSS não consiga apoiar forças de superfície na região e nem manter as bases, em face do maior poder aeronaval ocidental, a ameaça submarina soviética permaneceria, ratificando a importância do Brasil no controle do Atlântico Sul.

Um conflito dessa natureza traria graves consequências para o Brasil. A possível ocorrência de ações aeronavais, de superfície e submarinas, tornariam o país vulnerável, devido a proximidade existente entre os centros industriais e o litoral e a dificuldade em defender a grande extensão da costa, com meios insuficientes. A nossa dependência do petróleo, cuja importação e produção na plataforma continental requerem a utilização de rotas oceânicas e costeiras, agrava, ainda mais, a nossa vulnerabilidade às ameaças vindas do mar.

Nessas condições, em termos de segurança nacional, a prioridade máxima consistiria na necessidade de defender a "Área

do Coração" que corresponde aos centros industriais de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e o centro político de Brasília. No mar, face aos meios existentes e aos previstos para obtenção no Programa de Reaparelhamento da Marinha, a nossa força naval só poderia tentar garantir o tráfego marítimo de cabotagem e a defesa das instalações produtoras nos campos de petróleo da plataforma continental.

Como o poder militar brasileiro não seria suficiente para se contrapor ao de inimigos muito mais poderosos e dispendendo de alta tecnologia, o Brasil ver-se-ia forçado a buscar uma aliança que, por vários motivos (culturais, ideológicos, econômicos, políticos e militares) o conduziria ao bloco ocidental.

Parece que uma aliança dessa natureza além de ser prevista, necessita ser preparada de modo a possibilitar o conhecimento do que podemos esperar em termos de ajuda e do que os aliados esperam em contrapartida. Até mesmo nas alianças é preciso não descuidar da segurança.

A preocupação com os aspectos de segurança no Atlântico Sul não se restringe, evidentemente, ao Brasil. Assim, a Argentina, em 1976, aventou a criação da Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS), que reuniria Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e República Sul Africana num organismo de características militares defensivas, declaradamente destinado à proteção regional contra as atividades cubano-soviéticas que poderiam ameaçar os países membros, a partir do sul da África.

A concretização da OTAS beneficiaria a República Sul Africana, diminuindo o isolamento a que estava sujeita devido à condenação internacional do regime do "apartheid" e consagraria sua posição de defensora anticomunista das rotas marítimas do Cabo. O governo militar argentino também seria beneficiado, pois o acordo permitiria diminuir as tensões existentes com o Brasil, devido à questão de Itaipu e com o Chile, face ao pro

blema do Canal de Beagle.

Em setembro de 1976, o Brasil, por intermédio do Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, declarou: "... Não existe a menor possibilidade de se estabelecer um sistema coletivo de defesa no Atlântico Sul, especialmente com a presença inconveniente e indesejável da República Sul Africana" (14:94).

A atitude brasileira mostrou-se coerente com sua política externa de aproximação com os países da África negra, de condenação ao racismo afrikaner e de apoio à independência da Namíbia.

Além de não considerar devidamente a posição brasileira, a proposta argentina apresentava outras deficiências. Uma delas, de caráter militar, consistia no fato de que as marinhas dos países membros do tratado, não possuíam o poder de dissuasão necessário para dar credibilidade à OTAS.

O Brasil, há muito tempo, defende um tratamento político para os problemas do Atlântico Sul. Nos comunicados e declarações conjuntas, divulgadas por ocasiões de encontros presidenciais e ministeriais com países africanos e latinos, o assunto era abordado, enfatizando o papel dos países ribeirinhos na condução de assuntos regionais, com vistas a tornar o Atlântico Sul numa área de paz e cooperação, livre da disputa leste-oeste.

Diante das tendências do crescimento do poderio militar e das perspectivas de nuclearização da área, o Brasil, após consultas bilaterais realizadas com os países da região, resolveu propor, na 41.^a reunião da Assembléia Geral das Nações Unidas, em outubro de 1986, a criação de uma "Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul".

A iniciativa brasileira recebeu o apoio das nações da África negra e latino-americanas. Abstiveram-se a União Soviética e os países do bloco oriental. Os Estados Unidos que, em

princípio, não admitem qualquer restrição à movimentação de suas forças navais, se opôs conforme o previsto.

Espera-se que a Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul possibilite maior participação dos países ribeirinhos nos temas de interesse comum, criando a consciência de que existe uma identidade própria da área, além dos tradicionais enfoques relativos à rivalidade leste-oeste ou norte-sul. Outra aspiração importante, ligada a paz no Atlântico Sul, consiste na redução da presença militar de países estrangeiros à região. Como não é possível forçar as grandes potências por outros meios, resta o emprego da diplomacia multilateral, que poderia acarretar prejuízos políticos, nos foros internacionais, pela denúncia da potência empenhada na ampliação do seu poder militar na área (20:29).

Como não se pode separar os aspectos políticos dos econômicos, a Zona de Paz pode vir a representar uma maior possibilidade de cooperação entre os países que margeiam o Atlântico. Entretanto, os problemas são grandes e variados: a presença militar cubano-soviética no sul da África, a questão do "apartheid" e da independência da Namíbia, o contencioso entre a Argentina e a Grã-Bretanha sobre a questão das Malvinas e a crise econômica que, com poucas exceções, atinge os países da região, representam os grandes desafios a serem vencidos.

A solução desses problemas e de outros, que podem entravar a cooperação regional, deverá ser perseguida através do tempo e pelo empenho das partes interessadas que, só assim, darão vida à recém-criada Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul.

CAPÍTULO 4

CONCLUSÕES

Vimos que a Espanha, França, Estados Unidos, Grã-Bretanha e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas são as potências que possuem capacidade militar para projetar poder no Atlântico Sul. Entretanto, a Espanha e a Grã-Bretanha não se apresentam com as mesmas aspirações e motivações de ordem estratégica, econômica, política e ideológica demonstradas pela França, Estados Unidos e União Soviética.

As intervenções praticadas pela França podem ser classificadas como "consentidas" e representam um fator de estabilidade para os países que foram suas colônias na África Ocidental.

A posição dos Estados Unidos é mais difícil de ser apreciada. A invasão de Granada, a insistente campanha do governo Reagan contra os sandinistas na Nicarágua, a questão de Cuba e a longa tradição intervencionista nos países da América Central e do Caribe atestam o interesse americano por essa área que lhe é tão próxima e de vital importância em termos de segurança.

Na América do Sul, os interesses econômicos e políticos dos países da região estão intimamente interligados aos interesses correspondentes dos Estados Unidos e dos países do bloco ocidental. A relativa estabilidade institucional e a coesão nacional da grande maioria das nações sul-americanas permitem a existência de um sistema de relacionamento que vem se mantendo à margem de intervenções militares, frequentes em outras áreas.

É notável o alheamento americano em relação aos problemas da África Atlântica. Até mesmo o apoio hesitante prestado ao governo de Pretória constitui um obstáculo ao relacionamento com os países da África Negra e contrasta com o desempenho e o envolvimento da URSS e seus satélites nos assuntos africanos.

A URSS se faz presente em quase toda a África, mas seu pres

tígio tem sofrido altos e baixos. Egito, Sudão, Gana, Somália, Nigéria e Guiné afastaram-se dos soviéticos, cujo principal êxito é a considerável influência na Etiópia, em Moçambique e em Angola. A presença cubano-soviética nos países africanos de língua portuguesa não representou solução para os problemas econômicos angolanos ou moçambicanos em face da insuficiência do auxílio econômico prestado. Na realidade, o estado de crise permanentemente favorece e dá respaldo ao aspecto militar do apoio soviético que, também, não resolveu a questão das guerrilhas naqueles países.

No Caribe, a influência russa em Cuba e na Nicarágua, resultou da intransigência de governos americanos que preferiram ver, nas crises políticas que colocaram no poder governos revolucionários, a expansão mundial do comunismo e não as justas reivindicações de populações submetidas a ditaduras opressivas. Embora o governo Carter tenha buscado entendimento com os sandinistas, a política externa de Reagan colocou a questão nicaraguense em termos do confronto leste - oeste. A atuação do Poder Executivo americano tem sido limitada pelo Congresso, sensível à opinião pública dividida nessa questão. Como ocorreu em Cuba e em outros países, a URSS aproveitou-se da oportunidade para ampliar a sua influência. O episódio de Granada pode ser interpretado como uma mensagem clara dos Estados Unidos de que a expansão comunista atingiu seu limite no Caribe.

Quanto às intervenções como fenômeno de natureza político militar, é possível identificar, em seus motivos geradores, dois padrões básicos.

No que denominamos primeiro padrão, ocorre uma alteração na situação vigente que se configura como ameaça à segurança ou a interesses importantes de uma potência e a intervenção se dá para restabelecer o "status quo". As atuações norte-americanas, em Granada e britânica, nas Malvinas, são exemplos perfeitamente

enquadrados neste caso.

O segundo padrão é caracterizado por um quadro de graves dissensões internas, com facções em luta pelo poder. Incapazes de resolver as suas questões de forma negociada ou de obter uma vitória pela força, as facções buscam apoio externo, abrindo o caminho para a intervenção. A ação cubano-soviética em Angola é um exemplo deste padrão.

Analisando o caso do Brasil sob o enfoque "intervenção", podemos concluir que nosso país não se encaixa nos padrões apresentados. Sendo assim e de acordo com o que vimos no capítulo 3, consideramos que são pequenas as possibilidades de confronto entre os interesses das potências e os do Brasil.

A ausência de ameaças perceptíveis e a prioridade atribuída à outras questões importantes para o crescimento do país, não possibilitaram que o poder militar brasileiro atingisse o mesmo nível de desenvolvimento obtido em setores diversos.

Sabemos que o poder naval brasileiro, embora não seja suficiente diante das vulnerabilidades existentes, é o poder naval possível na presente conjuntura. Assim, a estratégia naval é bem realista ao preconizar a necessidade de alianças para fazer frente às ameaças decorrentes da concretização da hipótese de uma guerra generalizada. Esta hipótese se torna menos provável diante dos esforços desenvolvidos pelas grandes potências para evitar confrontos diretos que possam desencadeá-la.

A iniciativa do Brasil que resultou na criação de uma "Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul" é coerente com a situação exposta no parágrafo anterior. Um dos objetivos da iniciativa brasileira consiste em orientar, para um fórum de discussões políticas, os problemas e tensões da região, com vistas a obter a desmilitarização e a desnuclearização da área.

A atitude da Grã-Bretanha de endossar a resolução e, imediatamente, aumentar a Zona de exclusão ao redor das Ilhas Fal

klands, tende a esvaziar os propósitos que inspiraram a "Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul". Como o projeto é muito recente, só nos resta aguardar que os resultados de sua implementação sejam benéficos para os países do Atlântico Sul.

12. KESSELMAN, John F. The 400 ship Navy: the Maritime Strategy. Annapolis: 30-40, 1985. Supplement to Review of Maritime Affairs.

13. MACGREGOR, Neil. Intervention and regional development. 1981. Papers, Londres, (1981).

14. ...

BIBLIOGRAFIA

1. BATISTA, Moacyr Monteiro. A conjuntura internacional no sul da África. Rio de Janeiro, EGN, 1985. Monografia apresentada no C-PEM.
2. BORDEJÉ, Fernando de. España, poder marítimo y estrategia naval. Barcelona, Graficas Condal, 1982.
3. BRASIL. Escola de Guerra Naval. EGN-215A, Guia para a elaboração de teses e monografias, Rio de Janeiro, 1981.
4. BRASIL. Estado-Maior da Armada. Plano Estratégico da Marinha, Brasília, 1979.
5. CÂMARA, Ibsen de Gusmão. O pensamento estratégico brasileiro - projeção de nossa maritimidade na estratégia nacional, Política e Estratégia, São Paulo, 1(1):164-74, out - dez, 1983.
6. CHIPMAM, John. French military policy and African security. Adelphi Papers, Londres, (201), 1985.
7. FLORES, Mário Cesar. África Atlântica e África Austral, Política e Estratégia, São Paulo, 2(1): 452:68, jul-set, 1984.
8. FRANÇA, Ecole Supérieur de Guerre, Les forces terrestres stationnées outre mer, dossier terre, 1986.
9. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1975.
10. KAUFMAN, Edy. The superpowers and their spheres of influence, New York, St. Martin's Press, 1977.
11. LACACI, F. Nuñez & SÁNCHEZ, Francisco Torrente. La armada. esa desconocida, Madrid, Editorial San Martin, 1983.
12. LEHMAN, John F. The 600 ship Navy, the Maritime Strategy, Annapolis: 30-40, 1986. Suplemento da revista Proceedings.
13. MACFARLAINE, Neil, Intervention and regional security. Adelphi Papers, Londres, (196), 1985.
14. MONETA, Carlos Juan et alii. Geopolítica y política del poder em el Atlantico Sur. Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1983.
15. NAÇÕES do mundo. In Almanaque Abril, São Paulo, Editora Abril, 1986. p. 241.
16. NEWFARMER, Richard et alii. From gunboats to diplomacy. Baltimore, the John Hopkins University Press. 1984.
17. OSORIO, Augusto Sergio. A conjuntura internacional no sul da África, Revista Brasileira de Política Internacional, Rio de Janeiro, (1), 47-76, 1986.
18. RIBES, Jean de. L'URSS, puissance Africaine, Politique Internationale, Paris, (22), 261:83, Hiver 1983-1984.

19. SEFARTY, Simon. Indifferences, insuffisances et timidités
Américaines en Afrique, Politique Internationale, Paris,
(22), 187-27, Hiver 1983-1984.
20. SODRÉ, Roberto de Abreu. A política externa brasileira, Rio
de Janeiro, 1986. Conferência na EGN em 17 jul 1986.
21. Soviet Military Power, Washington DC, Government Printing
Office, Mar 1986. 5 ed.
22. THE MILITARY Balance. Londres, International Institute for
Strategic Studies, 1986-87.



Neves, Vicente Dias Costa Aroeira

A capacidade de projeção de poder de potencias extra-continentais no Atlantico Sul

3-B-51

DEVOLVER NOME LEIT. (1151/88)

20 DEZ 88	PTB	(Maj. Evandro)
60 11/jul.	PTB	Major
26 FEV 89	PTB	Carvalho
27 JUL 89	PTB	CC E DMS
19 SET 89	CMG (FN) ESPINEL	EMF.
19 OUT 89	renovado	
16 MAR 90	PTB	
23 MAR 90	Gilson	CMG (M) BEZERRA
2 OUT 90	PTB	CC
13 MAR 91	CMG LIMA	
21.3.92	PTB	CMG BARRA
05 MAI 92	Pesado	BESARIS

RETIROU EM

NOME DO LEITOR

27 MAI 1992

CF ANDRADE FILHO H.S.

24 ABR 1993

CMG CYRINO

28 400
04 SET 1993

CF VALTER PINHO

16 MAR 1995

ec(FN) QUEIROZ

29 MAI 1996

ec(IM) CELSO

08 MAI 1998

C E (IM) FILIPPO

08 AGO 2006

CF NILEA

15 III 2005

ec JOSTE

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA ÚLTIMA
DATA CARIMBADA

20 DEZ 88	28 AGO 1993		
26 FEV 89	16 MAR 1995		
14 JUL 89	29 MAI 1996		
27 JUL 89	08 MAI 1998		
19 SET 89	15 JUL 2005		
5 MAR 90			
24 MAR 90			
23 MAR 90			
2 OUT 90			
13 MAR 91			
31.3.92			
05 MAI 92			
27 MAI 92			
24 ABR 1993			

MINISTÉRIO DA MARINHA
ESCOLA DE GUERRA NAVAL
Biblioteca

Neves, Vicente Dias Costa Aroeira

A capacidade de projeção de poder de potências extra-continentais no Atlântico Sul
3-B-51

(1151/88)



00024020001151

A Capacidade de projecao de pode
3-B-51